

INSTITUTO CATÓLICO DE ESTUDOS SUPERIOR DO PIAUÍ
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM FILOSOFIA

FRANCISCO FERREIRA DE AQUINO FILHO

A CONCEPÇÃO DO BEM E DO MAL DE AGOSTINHO DE HIPONA
NA OBRA “O LIVRE-ARBÍTRIO”

TERESINA

2013

FRANCISCO FERREIRA DE AQUINO FILHO

**A CONCEPÇÃO DO BEM E DO MAL DE AGOSTINHO DE HIPONA
NA OBRA "O LIVRE-ARBÍTRIO"**

Monografia apresentada ao Instituto Católico
de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI –
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Filosofia, sob a
orientação do Prof. Ms. Pe. Júlio César.

TERESINA

ICESPI 2013 Biblioteca	
40356	26/03/14

cod. 4542
200.1
4657e

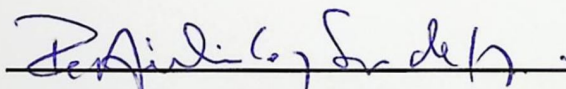
FRANCISCO FERREIRA DE AQUINO FILHO

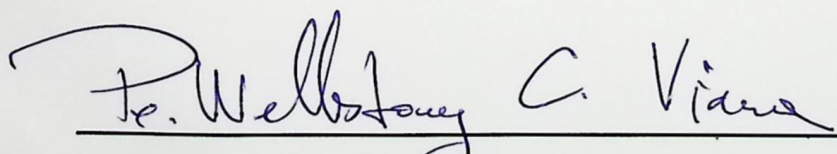
**A CONCEPÇÃO DO BEM E DO MAL DE AGOSTINHO DE HIPONA
NA OBRA “O LIVRE-ARBÍTRIO”**

Monografia apresentada ao Instituto Católico
de Estudos Superiores do Piauí – ICESPI –
como requisito parcial para obtenção do
título de Licenciado em Filosofia, sob a
orientação do Prof. Ms. Pe. Júlio César.

Teresina (PI), ____ / ____ / 2013.

BANCA EXAMINADORA


Orientador


Examinador (a)

Examinador (a)

Dedico esta monografia aos meus pais Francisco Ferreira de Aquino e Nazaré Maria da Conceição, aos meus irmãos, aos meus queridos sobrinhos Aquilles, Liédson e mell e a todos os demais familiares.

Agradeço a Deus, que tudo pode realizar superabundantemente, e muito mais do que nós pedimos ou concebemos, e cujo poder atua em nós, a ele a glória, na Igreja e em Jesus Cristo, por todas as gerações, para sempre (Cf. Ef 3, 20-21). Agradeço também à Arquidiocese de Teresina na pessoa de Dom Jacinto, ao ICESPI, juntamente com seus professores e funcionários, de modo particular ao Pe. Júlio César que me orientou neste trabalho, ao reitor do seminário de Filosofia Pe. Clodomiro e a todos os meus queridos irmãos seminaristas arquidiocesano. Obrigado.

RESUMO

"Eis o espaço que percorri em minha memória para buscar-te, Senhor, e não te encontrei fora dela. Nada encontrei referente a ti, de que não me lembrasse desde que te conheci, porque, desde então, nunca mais me esqueci de ti. Onde encontrei a verdade, da qual nunca mais me esqueci, desde o dia em que a conheci. Desde então permaneces em minha memória, e aí eu te encontro, quando me lembro de ti e em ti me alegro. São essas as delícias que me deste em tua misericórdia, ao volveres teu olhar para à minha pobreza."

AGOSTINHO DE HIPONA

RESUMO

O presente trabalho tem como propósito apresentar a concepção do bem e do mal de Agostinho de Hipona na obra "*O livre-arbítrio*". O problema do mal foi enfrentado por nosso autor, sobretudo na sua adolescência, devido os seus desvios morais, apresentados por ele mesmo em outra obra: *As Confissões*. Enquanto procurava uma resposta plausível para o mal, aderiu por aproximadamente nove anos ao maniqueísmo. Percebendo a insustentabilidade desta doutrina, visto que a mesma advogava o mundo como fruto do conflito entre o bem e o mal, Agostinho, após algumas leituras neoplatônicas, principalmente de Plotino, se distanciou dos maniqueus. A partir de então, começou a entender o mal como a ausência do bem. Para ele, Deus é o Sumo Bem, conseqüentemente, todas as suas criaturas são boas. No entanto, estas criaturas estão sujeitas à corrupção quando por uma decisão livre se distanciam do seu criador. O mal metafísico não existe, já que é fruto da vontade livre, decorrente do mau uso da sua liberdade, esta, todavia, constitui um grande bem dado por Deus.

Palavras-chave: Mal. bem. Maniqueísmo. Liberdade. Deus.

Riassunto

Questo lavoro si propone di presentare la concezione del bene e del male in Agostino di Ippona nella sua opera " Il libero arbitrio". Il problema del male si è fatto presente nella vita di Agostino, soprattutto nella sua adolescenza, con le loro deviazioni morali . Mentre cercava una risposta plausibile sul male, inserito per circa nove anni al manicheismo. Rendendosi conto della insostenibilità della dottrina manichea, che auspicava il mondo come frutto del conflitto tra il bene e il male, Agostino, dopo qualche lettura neoplatonica, soprattutto Plotino, prende distanza dai manichei. Da allora, comincia a capire che il male è semplicemente l'assenza di bene. Per lui, Dio è il Bene supremo, quindi, tutte le sue creature sono uguali a lui, buone. Tuttavia, le creature sono soggetti a corruzione quando per una decisione libera si deviano dal sentiero della rettitudine. Il male metafisico non esiste, dal momento che è il risultato del libero arbitrio dell'uomo, derivanti dal cattivo uso della loro libertà, questo, però, è un grande bene dato da Dio.

Parole chiave: Male. Bene. Manicheismo. Libertà. Dio.

SUMÁRIO

1 Introdução.....	09
2 AGOSTINHO DE HIPONA E A SUA BUSCA PELA VERDADE	11
2.1 A busca pela verdade	11
2.2 A influência maniqueísta sobre Agostinho.....	12
2.3 O encontro com a Verdade.....	15
2.4 Obras.....	17
3 O PROBLEMA DO MAL <i>VERSUS</i> A BONDADE DE DEUS.....	19
3.1 O problema do mal na visão Neoplatônica de Plotino.....	20
3.2 Deus e o problema do mal.....	23
4 O BEM E O MAL EM AGOSTINHO.....	28
4.1 Graus de bens.....	29
4.2 Dimensões do mal.....	29
4.3 O livre-arbítrio: um bem ou um mal?.....	32
4.4 A concepção do bem e do mal hoje.....	36
5 Conclusão.....	39
Referências.....	41

INTRODUÇÃO

A compreensão do bem e do mal, em linhas gerais, foi discutida por vários filósofos que ao longo da história colaboraram com suas mais variadas reflexões. Os inúmeros pensamentos tiveram grandes repercussões, obviamente influenciaram filósofos cristãos. Buscaram respostas que pudessem esclarecer a contradição entre um Deus bondoso e poderoso e dos sofrimentos da humanidade.

Agostinho, bispo e doutor, na sua busca pela verdade, foi profundamente imerso na tentativa de solução da problemática: "Se tudo provém de Deus, que é bom, de onde provém o mal?" (AGOSTINHO, 1997, p. 180). Depois de quase uma década na seita maniqueísta, cuja doutrina baseia-se no princípio dualista da luta entre o bem (luz) e o mal (trevas), percebeu a insustentabilidade desta mentalidade: "Caí assim nas mãos de homens desvairados pela presunção, extremamente carnavais e loquazes" (AGOSTINHO, 1997, p. 72).

Agostinho de Hipona foi considerado um dos primeiros filósofos a tratar dessa problemática. Para ele, a causa do mal não se origina em Deus, pois Ele é o Sumo Bem. O mal é uma corrupção do bem, ou seja, tem sua origem no mau uso da liberdade por parte da criatura, tornando-se ao mesmo tempo a causa e a razão do pecado.

Pesquisas recentes tentam provar que o ser humano não possui o livre-arbítrio, afirmando que nossas decisões são tomadas automaticamente pelo cérebro e que a vontade é superior à nossa escolha. Para alguns cientistas, nenhuma escolha é livre e consciente. É como se não existisse o livre-arbítrio.

Quando você nasce, seu cérebro (como um hardware) vem com uma programação genética que foi assimilada por gerações anteriores. Instintos e reações, como sobrevivência ou medo, estão instalados ali, de fábrica. Conforme você se desenvolve, aprende a copiar o comportamento de pessoas próximas, como seus pais, ou por assimilar as melhores formas de fazer as coisas com base na tentativa e erro (TONON, 2013, p. 48).

Considerando a conjuntura da sociedade atual, fazendo uma análise superficial da mesma, somos facilmente levados ao maniqueísmo, visto que nos deparamos, não poucas vezes, com o que podemos chamar "colapso social". O estudo sobre o mal se faz necessário exatamente porque, cada vez mais, e de modo acentuado, esse fenômeno é experimentado.

A descrença quanto à liberdade cria um grande problema: se quem orienta as nossas decisões é o cérebro, como afirmam alguns, então o homem não é culpado de nenhum problema, de nenhuma crueldade. Ele estaria somente sendo vítima de experiências vividas no passado que se manifestam no decorrer de sua vida. Neste caso nem mesmo poderia ser punido pelo "mal" por ele praticado.

A finalidade deste trabalho monográfico é analisar o problema da origem do mal no pensamento de Agostinho, tomando como base, a sua obra "*O livre-arbítrio*". Para tanto, o trabalho foi dividido em três capítulos, a saber:

- 1- Agostinho de Hipona e a sua busca pela verdade;
- 2- O problema do mal versus a bondade de Deus;
- 3- O bem e o mal em Agostinho.

Nossa intenção é responder, no obstante a influência que a doutrina maniqueísta ainda hoje exerce na sociedade, a interrogação sobre a origem do mal, partido do pensamento de Agostinho e procurando conciliar a experiência do mal com a confissão de Deus Sumo Bem.

2 AGOSTINHO DE HIPONA E A SUA BUSCA PELA VERDADE

Todas as informações sobre Agostinho: sua vida, seus estudos e outros dados pessoais, são de suma importância para conhecê-lo, mas não constituem o objetivo fundamental deste capítulo. Abordaremos, no entanto, todos esses fatos no intuito de compreendermos como ele concebeu o bem e o mal na sua angustiante busca pela verdade.

2.1 A busca pela verdade

Aurélio Agostinho foi um eminente doutor, nasceu em 13 de novembro de 354 na cidade de Tagaste, província romana da Numídia, hoje chamada Souk-Ahrás, no litoral da Argélia, norte da África. A família era da média burguesia e proprietária de terras. Seu pai chamava-se Patrício, era membro do conselho municipal e pagão, tendo se convertido ao cristianismo dias antes de sua morte. Sua mãe, Mônica, pelo contrário, era uma fervorosa cristã, mulher inteligente e humilde, e que exerceu uma grande influência na educação cristã de seu filho.

Agostinho realizou seus primeiros estudos na sua cidade natal e depois na vizinha Madaura. Contudo, ele se interessava mais pelas coisas mundanas que por questões intelectuais (AGOSTINHO, 1997, p. 44-45). Levava uma vida de devassidão que o levou a indagar sobre a questão do mal.

A partir de 370 deixa Tagaste e é enviado, com ajuda financeira de um amigo rico de seu pai, para completar seus estudos superiores em Cartago, capital da África romana. Nesta cidade continuou pervertido, vivendo da satisfação dos prazeres mundanos.

Apesar dessas realidades de desvios morais, em Cartago, tornou-se professor de gramática e conhecedor da obra *Hortensius* de Cícero, a qual lhe despertou o gosto pela filosofia e foi base do seu caminho para a conversão.

Este livro de Cícero teve o poder de despertar Agostinho no marasmo em que vivia. Foi uma espécie de revelação que o levou a defrontar-se com as verdades eternas; verdades que perturbariam até sua conversão. Entretanto, naquele momento o famoso livro não foi capaz de dar a paz que Agostinho tanto procurava em seu coração inquieto, pois, por mais que tivesse se desviado da religião cristã, seu coração fora marcado pelo cristianismo, sua infância fora marcada pelas palavras de Cristo, pronunciadas pela boca de sua mãe (MONTAGNA, 2009, p. 36).

A obra *Hortensius*, de fato, encaminhou-o para o interesse pelas questões filosóficas: “Devo dizer que ele [*Hortensius*] mudou os meus sentimentos” (AGOSTINHO, 1997, p.70). Porém, Agostinho não encontrava o Cristo. Por essa razão procura-O nas Sagradas Escrituras, mas não a compreendia por motivos literários. Todavia, buscava sempre mais a verdade. Como na Bíblia ele não encontrava a verdade, procurou uma religião que lhe mostrasse a verdade sem separá-lo do sagrado. Procurou-a no Maniqueísmo.

2.2 A influência maniqueísta sobre Agostinho

O Maniqueísmo é uma doutrina gnóstica, criada pelo persa Mani no século III. A base de sua doutrina estava pautada na afirmação dos dois princípios eternos: o reino da luz – o Bem; e o reino das trevas – o Mal. O Bem seria o criador das coisas espirituais, enquanto o Mal o criador de toda a matéria.

Mani considerava-se um enviado para salvar todos os homens. Ele só teve essa convicção após ter recebido algumas visitas de um anjo que o convocava para esta missão. A religião maniqueísta se difundiu pelo Império Romano e pelo Ocidente Cristão. O maniqueísmo é uma mescla dos elementos do zoroastrismo e de outras religiões, inclusive da religião cristã.

Essa doutrina advogava o mais rigoroso dualismo entre o reino do espírito e o mundo da matéria. Reinos que estão em constante conflito. O grande desejo de Mani era formular uma doutrina de salvação de caráter universal, por isso o maniqueísmo buscava dar uma explicação racional do universo e da vida, principalmente do problema do mal moral no homem.

Os Maniqueus estavam preocupados em responder a uma simples pergunta: como é possível compatibilizar os males presentes no mundo: as injustiças, as calamidades, as misérias dos homens, os defeitos das sociedades, e muitas outras, com a bondade de Deus?

Ou seja, Deus – o Bem, pode ser a causa do Mal? Ou devemos admitir a um outro ser, tão poderoso quanto Ele, a causa do Mal?(COSTA, 2003, p.39).

Para os maniqueus, Deus era concebido numa visão panteísta: Deus é, ao mesmo tempo, uno e múltiplo. Já o homem é a mescla do Bem e do Mal, como consequência da união da alma e do corpo. A alma é em si mesma boa, mas, como está misturada ao corpo, torna-se má. Conforme afirma Costa (2003, p. 62) é como se fossem duas almas: uma oriunda de Deus – a alma boa, e a outra que não provém Dele, sendo oposta – portanto, a alma má.

O pecado, ou o mal moral, não existe na concepção maniqueísta, coexistindo somente o mal físico e o cósmico. O homem, por sua vez, não era responsável pelo mal que praticava, pois o mal era algo natural.

Para libertar a alma da matéria, o homem deveria passar por uma rigorosa vida ascética, como faziam os seus adeptos – os chamados eleitos. Essa autolibertação da alma consiste na prática de penitências referentes ao sexo e à alimentação. “Quando todas as almas, purificadas, alcançarem seu lugar natural, o céu da sua luz, produzir-se-ão uma conflagração geral do fim do mundo” (SCHLESINGER; PORTO, 1995, p. 1677).

Sobre essa libertação da alma comenta Costa (2003, p. 94):

Neste processo de libertação ou de autodesalienação, dois elementos são fundamentais: primeiro, uma resposta por parte do homem – o *sôme*, ao chamado – o *tôchme*, ou a gnose revelada pelos profetas enviados pelo Pai da Grandeza, dentre eles Buda, Zoroastro, Jesus e, sobretudo, Mani, o Parácleto. Isso significava uma total adesão ao maniqueísmo, única e última religião capaz de trazer a verdadeira salvação. Assim, pela adesão à verdade gnóstica, ou à ciência da religião, o homem conhece, ou melhor, recolhesse o que ele é, de onde veio, onde se encontra e por que meios pode escapar da situação presente voltar à sua situação original, voltando a ser o que era antes. Uma espécie de “memoração”; uma volta da alma à sua natureza original e, portanto, a si mesma; volta que, ao devolver-lhe a memória de seu passado, restabelece o seu estado de lucidez e luminosidade.

Em pouco tempo a doutrina maniqueísta se expandiu, além da Ásia, conseguiu chegar à Europa, Espanha e ao território africano. Entretanto, o

maniqueísmo foi perseguido por todas as religiões das quais aspirava ser a síntese. Foi exterminada no século XI pela Inquisição¹.

Na sua busca angustiante pela verdade, Agostinho permaneceu no maniqueísmo por aproximadamente nove anos, como ouvinte. A sua adesão a essa doutrina se justificava por três motivos básicos: primeiro porque ela prometia explicar os acontecimentos do universo pela via racional; segundo, porque os maniqueus também se diziam discípulos do Cristo bíblico; e por fim, de certa forma ela, disfarçadamente, solucionava o problema que atormentava o jovem Agostinho: a força que o impulsionava a praticar o mal.

Entre os maniqueus Agostinho nunca encontrou a resposta correta para a questão que o torturava: como explicar que a sua vontade tenda para o mal e não para o bem? (MONTAGNA, 2007, p. 42).

Percebendo a insustentabilidade da doutrina maniqueísta em uma das conversas que teve com o bispo maniqueu Fausto, Agostinho (1997, p. 72) confessa:

Caí assim nas mãos de homens desvairados pela presunção, extremamente carnis e loquazes. Suas palavras traziam as armadilhas do demônio, nunca mistura confusa do teu nome com o de nosso Senhor Jesus Cristo e do Espírito Santo consolador. Pronunciavam continuamente tais nomes, que eram apenas sons e movimentos de lábios, mas seus corações eram vazios da verdade. Repetiam: 'Verdade, verdade!' E me falavam muito dela, mas não a possuíam; pelo contrário, ensinavam falsidade, não só a teu respeito, que és realmente a verdade, mas também sobre a existência do mundo, criatura tua.

Como o maniqueísmo foi incapaz de proporcionar as prometidas explicações racionais do universo e de responder às suas indagações acerca do mal, Agostinho aos poucos foi se afastando.

Agostinho, depois de ter conhecido a matemática e a astronomia, toma consciência da falta de rigor científico da doutrina que lhe acompanhava há quase uma década (BARAQUIN; LAFFITTE, 2007, p. 4).

A decepção foi tamanha, a ponto de fazê-lo entrar numa breve fase de ceticismo, abraçando a filosofia da Academia Cética. No entanto, permaneceu por pouco tempo, pois Cristo não era referenciado em seus escritos.

¹ Tribunal de exceção que intervém nos assuntos concernentes á defesa da fé. Foi criado em 1231 pelo papa Gregório IX.

2.3 O encontro com a Verdade

Agostinho tornou-se professor na cidade em que nasceu – Tagaste, e depois em Cartago. Nesta cidade, os alunos eram indisciplinados. Por causa da turbulência dos estudantes, ele ficou decepcionado e preferiu abandoná-los e transferir-se para Roma.

Chegando a Roma em 384, continuou lecionando, mas encontrou as mesmas dificuldades que encontrara em Cartago: alunos indisciplinados e com o mau hábito de não pagar os professores. No mesmo ano muda-se para Milão.

Em Milão conheceu o bispo Ambrósio, que não era somente um brilhante orador, mas também comunicador da palavra de Deus de uma maneira que atraía multidões. Fascinado pelos sermões eruditos de Ambrósio, Agostinho iniciou seu processo de conversão ao cristianismo:

Com Ambrósio, Agostinho aprendeu que o Deus do cristianismo, uno e criador, não forma uma substância corpórea ou material, mas espiritual, iniciando o processo de resolução do seu grande problema acerca de Deus – o da natureza ou substancialidade de Deus. Pois, enquanto fora maniqueu, o problema não consistia na verdade acerca da existência de Deus, mas quando à sua substancialidade e aos caminhos para alcançá-lo (COSTA, 2013, p. 44).

Os sermões de Ambrósio eram carregados de ideias platônicas. Ao escutar as pregações do bispo, Agostinho compreendera que Deus é uma substância espiritual e não uma substância corporal ou material, como advogavam os maniqueístas.

Agostinho, rompendo com a concepção dualista dos maniqueus, descobriu através das leituras neoplatônicas que Deus é um ser uno e criador de todas as coisas. Por sua vez, grandes inquietações existiam em seu coração com relação a origem do bem e do mal.

Por indicação do bispo Ambrósio, Agostinho procurou Simpliciano, um brilhante cristão, para dar-lhe a resposta da sua angustiante busca. Simpliciano aconselhou Agostinho a ler a Bíblia Sagrada, principalmente às cartas paulinas. Lendo São Paulo aprendeu o valor e o sentido da graça e da fé em Jesus Cristo.

Após a sua inserção na fé cristã, ao se converter em 387, Agostinho mudou não somente o seu modo de vida, mas também seu modo de pensar. Agora o seu pensamento tinha um novo horizonte: o filosofar-na-fé, ou em outras palavras, nascia, então, a filosofia cristã.

Tarde te amei, ó beleza tão antiga e tão nova! Tarde demais eu te amei! Eis que habitavas dentro de mim e eu te procurava do lado de fora! Eu, disforme, lançava-me sobre as belas formas das tuas criaturas. Estavas comigo, mas eu não estava contigo. Retinham-me longe de ti as tuas criaturas, que não existiriam se em ti não existissem. Tu me chamaste, e teu grito rompeu a minha surdez. Fulguraste e brilhaste e tua luz afugentou a minha cegueira. Espargiste tua fragrância e, respirando-a, suspirei por ti. Eu te saboreei, e agora tenho fome e sede de ti. Tu me tocaste, e agora estou ardendo no desejo de tua paz (AGOSTINHO, 1997, p. 299).

O bispo de Hipona descobrira que a verdade que tanto procurara se encontrava no interior da sua alma, e, conseqüentemente, no interior da alma humana. Para alcançar a verdade é necessário buscarmos as virtudes, principalmente a da pureza da alma, pois é por meio dela que podemos contemplar a verdade. Ao apreender a verdade, o homem também alcança Deus:

Se, no entanto, encontramos em nós mesmos a verdade, então encontramos não só o saber sobre nós mesmos, mas também o saber sobre a verdade geral e necessária válida; portanto não só verdades (contingentes) factuais, mas também verdades (necessárias) da razão, leis do pensamento e do ser, que penetram em nosso pensamento dando-lhe as normas. Agostinho retoma com isso o antigo conceito grego de verdade, sobretudo o platônico. Propriamente verdadeiro não é o fato singular nos acontecimentos passageiros, mas a "verdade eterna" (*veritas aeterna*) geral e inalterável, como Agostinho frequentemente diz: a "verdade imutável" (*veritas incommutabilis*) (CORETH, 2009, p. 122-123).

Os pensamentos agostinianos tiveram uma grande influência em todo o período seguinte da Alta Idade Média. Agostinho chegou a ser considerado o maior expoente filosófico desde a época clássica da filosofia grega. Excetuando Platão, ele foi o único que decididamente influenciou a humanidade cultural com seus escritos (STÖRIG, 2008, p. 189).

Na noite do dia 24 de abril de 387, Agostinho recebeu o batismo das mãos do bispo Ambrósio. Depois de seu batismo, sua mãe Mônica adoece e falece inesperadamente.

Retornando para sua pátria, estabeleceu-se em Hipona e em 391 foi ordenado sacerdote. Dedicou toda a sua vida à oração, aos estudos da Sagrada Escritura e às pregações, vivendo num estilo monástico junto com seus seguidores, os quais seguiam seus ideais. No ano de 395 foi sagrado bispo pelas mãos do bispo Valério.

[...] Agostinho foi um bispo exemplar em seu incansável compromisso pastoral: pregava várias vezes por semana aos seus fiéis, sustentava os pobres e os órfãos, cuidava da formação do clero e das organizações de mosteiros femininos e masculinos. [...] o bispo de Hipona exerceu grande influência na direção da Igreja católica da África romana, e mais em geral no cristianismo do seu tempo, enfrentado tendências religiosas e heresias²tenazes e desagregadoras como o maniqueísmo, o donatismo e o pelagianismo, que punham em risco a fé cristã no Deus único e pródigo em misericórdia (BENTO XVI, 2012, p. 200-201).

Mesmo após as fadigas que o acompanhavam e o peso dos anos, Agostinho sempre cumpriu com maestria as atividades que lhe eram confiadas. Em 400 sucede o bispo Valério e torna-se uma pessoa muito influente. Agostinho tornou-se servidor. Após a morte de Valério assumiu a chefia do episcopado africano e o cargo de conselheiro do Ocidente cristão.

Agostinho faleceu no dia 28 de Agosto de 430, em pleno cerco a Hipona por invasores vândalos. Hoje a Igreja Católica considera-o santo, com memória celebrada no dia da sua morte.

2.4 Obras

A quantidade de obras do bispo de Hipona é imensa, alguns comentadores elencam mais de 90 obras. O grande número de seus escritos se justifica pelas grandes contradições enfrentadas por ele em defesa da fé católica. As suas obras não são somente de cunho teológico, mas também filosófico.

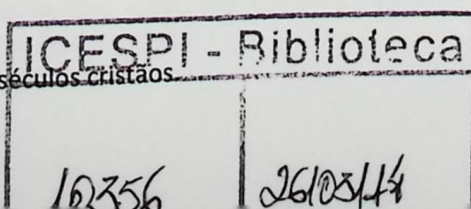
² O termo designa um sistema, seita ou um partido religioso incompatível com um dogma ou artigo de fé defendidos pela Igreja Católica. O conceito de unidade cristã não favorecia a admissão de grupos, seitas, partidos ou outras divisões no âmbito da Igreja primitiva.

A urgência e a controvérsia das questões debatidas justificam o grande número de seus escritos. Teve de enfrentar os maniqueus, os donatistas, os pelagianos, que destruíam a unidade da Igreja. Agostinho é, de certa forma, a consciência da ortodoxia e vê-se continuamente constrangido a defender a fé cristã (HAMMAN, 1980, p. 231).

Santo Agostinho foi um grande intelectual e considerado o mais exímio filósofo dentre os Padres da Igreja³. Estruturou a doutrina católica no alicerce racionalmente fundamentado pelo platonismo (MONTAGNA, 2009, p. 63).

A obra prima de Agostinho são as *Confissões* (397), que ao lado das *Retratações* (426) inaugurou novos gêneros literários. As obras *Sobre os costumes da Igreja Católica e os costumes dos maniqueus* (388-389), *O livre arbítrio* (388-391), *A verdadeira religião* (401) e sobre o *Gênesis com os maniqueus* (398), todas elas foram escritas para refutar os maniqueístas da sua falsa filosofia. Todas as obras de Agostinho é uma orientação para compreendermos o seu desenvolvimento na atividade literária.

³ Os escritores dos cinco primeiros séculos cristãos.



3 O PROBLEMA DO MAL *VERSUS* A BONDADE DE DEUS

Neste capítulo, trataremos de analisar e compreender a influência da filosofia neoplatônica de Plotino na elaboração e concepção da problemática do mal em Agostinho de Hipona. Abordaremos também a existência de Deus, o Sumo Bem, frente ao problema do mal e a resposta dada por Agostinho diante de tais questões.

3.1 O problema do mal na visão Neoplatônica de Plotino

Plotino¹ (205-270 d.C.), baseando-se na problemática platônica e aristotélica da relação entre dois mundos (o sensível e o inteligível), concebe que esse sistema de unidade compartilha o mesmo princípio e fim ontológico: tudo começa e volta ao Uno, ou seja, o Uno gera as coisas como se fossem emanções que se conservam até chegar a Ele.

Para entender o mundo inteligível, Plotino elabora as três famosas hipóstases: o Uno, fundamento de tudo; o Espírito, uma reprodução do Uno; e, por fim, a alma, substância espiritual que anima o cosmo.

Todos os seres são seres em decorrência do Uno. Todo ser é ligado ao Uno, de forma que, desfeita essa unidade, a própria coisa não continua a existir. "Portanto, a subsistência da coisa depende da unidade: negada essa, é o próprio ser da coisa que se nega" (REALE, 2008, p. 41).

O Uno é potência ativa, princípio e origem de tudo. Plotino compreende o Uno como "acima do ser", conseqüentemente está para além da inteligência. O termo "Uno", usado como princípio, não denota um uno particular e muito menos um uno matemático. O Uno como princípio se refere ao Uno-em-si, isto é, à razão de ser de toda unidade, potência de todas as coisas (REALE; ANTISERI, 1990, p. 341).

¹ Filósofo grego, nascido no Egito, criador da chamada filosofia neoplatônica. Embora sua doutrina não condiga com os ensinamentos cristãos, Plotino teve uma determinante influência sobre esse ambiente. Além de Agostinho, vários Padres da Igreja se inspiraram nele.

Escreve Bezerra (2006, p.68):

O Uno, segundo Plotino, é todas as coisas e nenhuma. É todas as coisas porque é princípio de tudo e, por isso mesmo, não pode ser nada em particular. É necessário ressaltar que ao afirmar a 'nadidade' do Uno, Plotino não está afirmando que o Uno seja 'nada absoluto'. Pelo contrário, quando o filósofo nega a possibilidade de predicação, em verdade busca fundamentar, desde o ponto de vista da linguagem, a completa transcendência daquele que está por cima de toda predicação e inteligência.

Do Uno emana toda a vida, pois é ele o início e fim de todas as coisas. Ele é perfeito e eterno, superior a toda essência e pensamento. Tudo está nele e com ele. Permanece incorruptível.

O Uno, também pode ser compreendido como "Bem". No sentido de um bem-em-si que transcende e que é bem para as coisas, as quais precisam dele. O Uno é Super-Bem, pois está acima do ser, do pensamento e da vida. "Plotino evidentemente não quer dizer que o primeiro seja não-ser, o não-pensamento, ou alguma coisa sem vida" (REALE, 2008, p. 49). Mas, pelo contrário, O Uno é super-ser, super-pensamento e super-vida.

A doutrina plotiniana nos apresenta o Uno-Bem como uma atividade autoreprodutora. Em seu ato puro de liberdade e através da sua perfeição, o Uno engendra e produz. "E todos os seres, quando são já perfeitos, engendram. Mas o eternamente perfeito engendra eternamente e procria algo eterno, mas também algo inferior a si mesmo" (PLOTINO apud BEZERRA, 2006, p. 74).

O Uno se mantém intacto ao produzir todas as coisas, em outras palavras, o Uno é Uno e se conserva Uno. Contudo, aquilo que é gerado é inferior ao que gerou. Portanto, a atividade autocriadora do Uno consiste em um ato puro de liberdade.

É preciso observar que a processão plotiniana implica, necessariamente, uma negação. A negação é uma condição *a priori* no sentido de que o engendrado deve assimilar-se ao seu gerador, mas mantendo uma resistência que diferencia um do outro. Esta resistência não é um simples limite, mas um componente necessário da vontade de autonomia. [...] A antítese entre a negação e a afirmação faz com que cada coisa, ao mesmo tempo em que se distancia de seu princípio, o busque (BEZERRA, 2006, p. 74-75).

Por ser perfeitíssimo na sua total liberdade, o Uno é inatingível. As coisas produzidas (limitadas) possuem certa tendência para ele. De forma que essa tendência, ou melhor, esse movimento em direção ao Uno não é de todo realizável.

O Uno é o fundamento de tudo, ele está acima de tudo. Dele procede o Espírito, chamado de "Nous". A partir dessa segunda processão (potência informe) inicia-se a multiplicidade (dualidade), o Espírito volta-se para o Uno com o objetivo de contemplá-lo, sendo dessa maneira fecundado por Ele. O Espírito possui a multiplicidade: o sujeito pensante e o objeto pensado. "Enquanto o Uno era a 'potência de todas as coisas', o Espírito torna-se 'todas as coisas'" (REALE; ANTISERI, 1990, p. 343).

A outra emanção do Uno é a Alma. É por meio dela que distribui a unidade vinda pelo Espírito, a qual é, ao mesmo tempo, Espírito e ser. Com essa terceira processão encerram-se as hipóstases acerca do mundo incorpóreo e inteligível.

[...] A Alma é o pensamento do Espírito e é, num certo sentido, a sua atividade, assim como o Espírito é pensamento e atividade que se refere ao Uno. O pensamento da Alma, na verdade, é um pouco obscuro, já que é, por assim dizer, somente um simulacro do Espírito e deve, por isso, voltar o olhar para o Espírito; mas o Espírito, igualmente, deve voltar para Aquele [o Uno], para que possa ser Espírito. Ele O vê, porém sem separar-se Dele já que vem imediatamente depois Dele e entre eles, como também o Espírito e a Alma, nada há de intermediário (PLOTINO apud REALE, 1994, p. 77).

Para Abbagnano (1999, p. 60), a ação da Alma universal, que tem uma parte superior e outra inferior, sendo que a primeira se dirige ao Espírito e a outra ao corpo, constitui o mundo corpóreo. Este, por sua vez, se multiplica sem perder sua unidade, gerando assim a matéria, princípio do qual emanam a imperfeição, a multiplicidade e o mal.

Para Plotino esta multiplicidade não diminui em nada a essência do Uno, ele pode expandir-se por todas as substâncias, espirituais ou corpóreas sem perder nada. Este processo (sic) se dá através da irradiação, a luminosidade do Uno, atingido até o último grau da grau da (sic) matéria que é o extremo oposto do Uno. Os três sedimentos do mundo inteligível como substâncias materiais serão consideradas por Plotino emanções de sua plenitude infinita onde de um modo determinístico e hierárquico, a Inteligência procede do Uno, esta engendra a Alma e que através desta tocamos o mundo sensível,

pois ela é o último grau da emanção do Uno, o lugar da multiplicidade e o princípio do mal (LUCENA, 2006, p. 29).

Plotino faz a distinção entre o Uno e Deus, negando a existência de relação entre eles: "É Deus quem está unido a ele (o Uno); quem se distancia dele é o homem, o homem plural e animal" (PLOTINO apud BEZERRA, 2006, p. 72).

As três hipóstases – Uno, Espírito e Alma – constituem a apreensão feita pelo intelecto. Da Alma nasce o mundo físico, ou seja, a Alma cria a matéria, sendo a matéria o não-ser, conseqüentemente, o mal. O Uno está acima da matéria: o transcendente, infinito e imaterial. Na visão cristã, o Uno, da concepção plotiniana, se identifica com Deus, o todo-poderoso.

[...] Segundo santo Agostinho, não pode haver dúvida de que o título de criador cabe somente a Deus: ele é o princípio supremo e único de qualquer realidade. Assim, demonstra contra os maniqueus que fora de Deus não existe nenhum outro princípio primeiro, e contra os neoplatônicos, que não pode haver nenhuma outra fonte intermediária do ser (MONDIN, 1997, p. 351).

A falha dos neoplatônicos consistia em afirma a origem do cosmo sendo um processo de emanção do Uno. Baseando-se nos neoplatônicos, Agostinho formula suas ideias acerca do mal. Apesar dessa influência, há um grande abismo entre o pensamento do filósofo africano e as ideias de Plotino. Para Plotino, o mal é determinado pela natureza, algo natural do ser humano. Enquanto na visão agostiniana, o mal é compreendido como privação ou ausência de um bem.

Em Agostinho há um grande salto, pois ele aperfeiçoa e supera ao mesmo tempo o pensamento neoplatônico. De acordo com Emericho Coreth (2009, p. 124), as ideias eternas, de que fala Plotino, são pensamentos de um espírito pensante, no entanto, esse espírito não é uma emanção de Deus ou "nous" plotiniano. Para Agostinho, as ideias são pensamentos do próprio Deus. O logos é o lugar onde se localizam as ideias, mas este não é dessemelhante a Deus, é, de fato, Deus mesmo. Agostinho pode ser considerado um novo Platão, ou melhor, ele cristianiza Platão: primeiro ele reforma ideias transformando-as em Deus e, depois, substitui a doutrina da reminiscência pela doutrina da iluminação.

3.2 Deus e o problema do mal

Desde as origens da humanidade, com variadas tentativas humanas, busca-se explicar e combater o mal, resistindo a ele. Bem antes do apogeu do cristianismo, o problema do mal já havia sido colocado como objeto de reflexão pela filosofia grega (SOARES; VILHENA, 2003, p. 13). Diante deste enigma, que é o mal, além da filosofia, se destacam várias outras teorias que tentam dar-lhe uma resposta: os mitos e as religiões. Aqui, essa problemática será abordada no âmbito filosófico.

A problemática do mal foi uma questão bastante discutida. Analisando a história da filosofia, podemos observar que muitos filósofos a usaram como tema de suas reflexões.

O problema do mal durante muito tempo esteve diretamente ligado à questão da existência de Deus. "O problema de Deus é perene, sempre foi colocado e não pára nunca de se apresentar à consciência humana" (MONDIN, 2010, p. 5). Os sofrimentos, a miséria, as guerras, a fome, as violências, as tiranias etc., são realidades que estão presentes na vida humana e que nos levam a indagar a respeito da existência de um Deus-bondade.

Diante disso, a negação de Deus, causada pela existência do mal, foi assumindo importância cada vez maior ao longo dos tempos, sobretudo na época moderna. À medida que o homem foi progredindo no domínio da natureza, tornava-se mais e mais difícil suportar a existência do mal e as fronteiras intoleráveis que este lhe impunha. Daí, um movimento crescente de revolta contra Deus aparentemente sádico; movimento de revolta baseado na idéia, evidente à primeira vista, de que, se Deus existisse na realidade, e fosse, como afirmam os crentes, bom e onipotente, não poderia permitir o mal e o sofrimento (MORIN, 1993, p. 123-124).

Diante de uma realidade repleta de males, fica difícil, para muitas pessoas, conceber a existência de um Deus que é criador, bondoso, onipotente e onisciente. "Diz-se que se Deus fosse providente, não deveria tolerar crimes monstruosos como os perpetrados por Hitler, por Stalin, por Mao, pela máfia etc., nem deveria assistir indiferente ao triunfo dos maus e ao massacre de inocentes" (MONDIN, 2010, p. 373-374).

Ou Deus quer eliminar o mal do mundo, mas não pode; ou pode, mas não quer fazê-lo; ou não pode e nem quer fazê-lo; ou pode e quer eliminá-lo. Se quer e não pode, é impotente; se pode e não

quer, não nos ama; se não quer e nem pode, além de não ser um Deus bondoso, é impotente; se pode e quer – e esta é a única alternativa que, como Deus, lhe diz respeito – de onde vem, então, o mal real e por que não o elimina de uma vez por todas? (EPICURO apud SOARES; VILHENA, 2003, p. 13).

Para Evans (1995, p. 139), os males que assolam o mundo, bem como as perversidades e as coisas desagradáveis e confusas na ordem natural, não podem ser pensados como desinteresse da Providência Divina. Não podemos atribuir os males deste mundo a um Deus bondoso, pois isto seria negligência da parte dele e da nossa uma grande crueldade.

Gallo (2006, p. 17), se inquieta diante do problema da origem do mal. Em que consiste realmente o mal? Para ele essa problemática consiste em imputar o mal a Deus ou ao homem. Porém, diante do mal, indaga-se: Deus seria impotente para encarar o mal se tivesse origem no homem, sua criatura? Deus também se contradiria se a origem do mal estivesse Nele?

Essas objeções acerca do mal tiveram grandes repercussões, principalmente entre os filósofos ditos cristãos. Elaboraram-se explicações para responder as inúmeras indagações que surgiam a respeito da contradição de um Deus bondoso e poderoso e dos sofrimentos de um povo criado por Ele.

Dentre esses filósofos se destaca Agostinho, considerado um dos primeiros a tratar essa problemática. Para Agostinho, a causa do mal não se origina em Deus, pois ele é o Sumo Bem.

Agostinho, ainda na sua ignorância, buscara angustiadamente a questão do mal em relação a Deus. O seu questionamento confrontava a crença na existência de Deus, o sumo bem e criador de todas as coisas boas, com a origem do mal:

[...] Mas de onde vem o mal, se Deus é bom e fez todas as coisas e fez boas todas as criaturas? Ele é certamente o sumo bem, e as criaturas são bens menores. Mas, criador e criaturas, todos são bons. De onde então vem o mal? Porventura da matéria que ele usou? Haveria nela algo de mal, e Deus, ao dar-lhe forma e ordem, teria deixado algo por transformar em bem? E por que teria procedido dessa maneira? [...] (AGOSTINHO, 1997, p. 179-180).

Segundo Mondin (1997, p. 374), para Agostinho a problemática acerca do mal foi uma das investigações mais desafiantes para sua mente. Foi por meio desse

trabalho árduo e desafiador que o filósofo africano chegou ao conhecimento do mal, permitindo-lhe afirmar que Deus não é a causa do mal.

Deus é bondade infinita. Esse atributo de Deus tem um significado ainda maior: Deus é amor. Ou seja, a bondade de Deus é tão puro amor para consigo mesmo que transborda para fora de si mesmo atingindo as suas criaturas. Pois “aquele que é o Ser e o Bem supremo comunica às criaturas seu ser e sua bondade; portanto, estas são ontologicamente boas, não por si mesmas, mas por uma participação na suprema bondade do seu criador” (MONTAGNA, 2009, p. 71).

[...] quanto maior o grau de ser, maior a bondade. Assim, no plano ontológico, há mais bondade na planta do que na pedra, no animal do que na mesa, na criança do que no gato, no anjo do que no homem. Mas todas as coisas são boas porque saem das mãos de Deus (MONDIN, 2010, p. 314).

O amor divino não é comparado ao nosso, pois o amor com que queremos o bem de alguém não ocasiona a bondade deste alguém. Todavia, o amor de Deus inspira e produz a bondade das coisas. O homem só atingirá a plena felicidade unindo-se a Deus e amando-O.

Inicialmente, o problema do mal surgira como algo conflitante aos olhos de Agostinho. Embasado na doutrina maniqueísta, caíra em um grande equívoco: não concebia em sua mente o conceito de espírito (incorpóreo). Para ele o que existia era somente a matéria (corpóreo). Em consequência de tal ignorância, compreendia que Deus era de substância corpórea e que o mal era, também, da mesma substância. Logo após sua conversão ao cristianismo, essa questão foi resolvida. O mal, para Agostinho, não é uma substância, mas sim um desvio, uma corrupção que não danifica a substância divina.

Ora, Deus não está encerrado no tempo e no espaço, não pode ser compreendido enquanto forma corpórea. É Ele o Sumo Bem, eterno e imutável – pois de nada carece – do qual procede toda natureza material ou espiritual. Assim, toda natureza criada é um bem, mas não como Deus o é, justamente porque, em sendo criada, sua essência é distinta da essência do Criador. Logo, estas realidades não são imutáveis e incorruptíveis como Deus, mas d'Ele recebem seu ser por participação (COUTINHO, 2010, p. 125-126).

Na sua célebre obra *O livre-arbítrio*, em um diálogo, o seu amigo Evódio² faz uma pergunta conflitante: “[...] será Deus o autor do mal?” (AGOSTINHO, 2008, p. 25). Agostinho responde conceituando os dois sentidos que a palavra mal traz em si e que estão em consonância com o homem.

Em resposta a Evódio, Agostinho esclarece que o termo “mal” é carregado de duplo sentido: o primeiro se refere a uma ação (o mal que o homem faz) e o outro à passividade (o mal que o homem sofre). Mesmo que a segunda acepção se volte para Deus como o seu autor, nos enganaríamos, pois “Deus não pode praticar o mal” (AGOSTINHO, 2005, p. 25). Deus, explica Agostinho, recompensa e castiga de acordo com nossas ações. Castigos são vistos como males para aqueles que “sofrem”. Deus não pratica o mal. Ele age com justiça para com aqueles que praticam o mal, visto que ninguém é punido injustamente.

Após ter resolvido essa questão, Evódio propõe outra: “Ignoro se existe alguém que chegue a pecar, sem antes o ter aprendido. Mas caso seja verdade, pergunto: De quem aprendemos a pecar?” (AGOSTINHO, 2005, p. 26). Agostinho contesta-o advertindo que a instrução – aprendizado – é sempre um bem, pois todo aquele que aprende procede bem, logo, o mal não se aprende.

Fazer o mal é afastar-se da disciplina do aprender (De Lib. Arb. I, I, 2.5). Ensinar o mal seria ensinar algo que não é capaz de ser entendido ou conhecido, pois o conhecimento sempre é um bem; não podemos, por definição, “conhecer” o mal. Se a um homem se “ensinou” o mal, ele, mesmo então, não o saberia nem o entenderia. Não se pode dizer que o tenha aprendido. O objetivo do ensino teria sido impedido (EVANS, 1995, p. 170).

A partir da afirmação de que o mal não é ensinado e de que a instrução é sempre um bem, o bispo africano confirma, mais uma vez, a ideia de que o mal não se encontra em Deus. A instrução verdadeira é aquela que ensina o bem. Deus nos deu esse grande bem com a intenção de alcançarmos outro: a inteligência. “Com efeito, todo aquele que aprende usa da inteligência e todo aquele que usa da inteligência procede bem” (AGOSTINHO, 2005, p. 27).

²Era este já homem formado, quando conheceu Agostinho. Fora a princípio militar, tendo depois se dedicado às Letras. Convertido em Milão, recebeu o batismo pouco antes de Agostinho. Ficou ao seu lado após a morte de Mônica, em Roma, e em seguida foi para Tagaste, participar da primeira comunidade de monges. Mais tarde, em 396, tornou-se bispo de Upsala, perto de Útica, na África proconsular. Evódio morreu seis anos antes de seu mestre e amigo, em 424 (AGOSTINHO, 2008, p. 12).

Evódio continua com suas dúvidas e coloca mais uma questão para Agostinho resolver. A questão de Evódio era saber por quais motivos agimos mal, dado que não aprendemos a fazer o mal. A resposta de Agostinho faz-lhe retornar ao passado, onde lhe ardia o desejo de encontrar a verdade, perdido por falsas doutrinas, vindo a encontrá-la apenas com o auxílio de Deus. O africano afirma que para entender é preciso crer. O ponto fundamental da filosofia agostiniana consiste na fé, pois "se não crerdes, não entendereis" (cf. Isaías 7, 9).

O que é necessário para alcançar a solução de qualquer problema, acima de tudo é a fé. Ou seja, crer na natureza de Deus e reconhecê-la como a mais excelente de todas para obter a misericórdia divina e só assim alcançar o entendimento daquilo que é almejado. Segundo Agostinho, o único meio pelo qual a natureza corrompida dos homens pode chegar à compreensão das coisas de natureza divina é a fé. O que se vê na introdução do livro I é a constante afirmação da divina natureza de Deus, reconhecido como tal pela fé, pressuposto para que toda a argumentação acerca do mal seja validada (LAMERA, 2008, p. 210).

Podemos concluir que tudo é bom. Deus não é o criador do mal, nem nos provoca a praticá-lo. Postulamos que Deus e suas criaturas são boas em si mesmas. O mal não pode ter origem em Deus, pois, como vimos, Ele é o Sumo Bem. Agostinho está convicto de que o mal se origina na liberdade das criaturas, desde que elas se afastem da verdade que é Deus. A bondade de Deus é tão infinita que Ele tira o bem inclusive do mal. Portanto, o mal está na vontade, em outras palavras, no mau uso da vontade livre ou livre-arbítrio.

4 O BEM E O MAL EM AGOSTINHO

Ao grande problema do mal, Agostinho deu uma significativa contribuição para a delimitação e explicação do tema, à qual damos créditos até hoje. Desde a sua juventude foi terrivelmente atormentado pelo enigma do mal. Como já foi explanado, ele, em sua busca pela verdade, permaneceu quase uma década no maniqueísmo procurando respostas para suas objeções.

Os maniqueus, apoiados na sua doutrina, defendiam que o homem não é responsável pela prática do mal, porque sua natureza é determinada para fazer o mal. Era uma doutrina ontológico-cosmológica-dualista. A consequência dessa mentalidade errônea é a atribuição da culpabilidade a Deus de todas as realidades maléficas existentes.

Em relação ao maniqueísmo, Agostinho assim se expressava: "Eu buscava mal a origem do mal" (AGOSTINHO, 1997, p.178). Logo após, auxiliado pela leitura da obra de Plotino, descobre que Deus é uno e criador de todas as coisas, destarte o mal não é um ser, mas privação de ser.

O bispo africano é conhecedor e defensor de que o homem tende para um fim, identificado como o bem. Mesmo que o homem faça algum mal é sempre visando a busca de um bem. Ninguém busca o mal por ele mesmo.

Assim declara no *O livre-arbítrio* em diálogo travado com seu amigo Evódio em relação a um homem que mata outro por medo que lhe sobrevenha algum mal:

Não pergunto o que pode chegar a esse homem, mas o que deseja. Pois, por certo, visa a um bem quem deseja uma vida isenta de medo. Por isso, não podemos condenar tal desejo. Caso contrário, deveríamos declarar culposos todos aqueles que desejam algum bem. Logo, somos forçados a reconhecer que há uma espécie de homicídio no qual não se pode encontrar a primazia de mau desejo. Portanto, não será exato dizer que todo pecado, para que seja mal, nele a paixão deve dominar. Ou em outras palavras, haveria uma espécie de homicídio que poderia não ser pecado (AGOSTINHO, 2008, p.33).

Agostinho especifica que o pecado consiste em agir em desobediência à lei eterna, ou seja, o pecado é o desprezo das coisas eternas em substituição às coisas temporais.

4.1 Graus de bens

Todos os órgãos e faculdades que o homem possui são bons em si, pois todos os bens, tanto os maiores como os menores, provêm de Deus, o Sumo Bem. Agostinho enumera três espécies de bens que o homem pode usufruir, a saber: os bens do corpo, as virtudes e a vontade.

Dentre os bens inferiores (os bens do corpo e a vontade) as virtudes são consideradas as mais elevadas, pois não sofrem nenhum tipo de abuso.

Das virtudes, ninguém usa mal; todavia dos outros bens, isto é, dos médios e dos inferiores, pode-se fazer seja bom ou mal uso. O motivo pelo qual ninguém usa mal das virtudes é que a obra virtuosa consiste precisamente no bom uso daquelas coisas das quais podemos também abusar. Ora, o bom uso nunca pode ser um abuso (AGOSTINHO, 2008, p. 139).

Consequentemente, esse grande bem que são as virtudes concede ao homem viver honestamente. Contudo, os bens médios ou inferiores, por sua vez, nos permitem viver de modo honesto, porque todos os bens são dados por Aquele de quem provém todo bem.

O bem é bom não porque a minha vontade assim o cobiça, mas a minha vontade o cobiça porque ele é bom. Portanto, o bem não é uma bondade relativa (dependente dos nossos interesses), pois existem certos valores como a justiça, a paz, a força, a liberdade etc. que não podemos negar.

4.2 Dimensões do mal

Aprofundando a questão da problemática do mal, Agostinho formula três dimensões: o mal metafísico-ontológico, o mal moral e o mal físico.

Afirma o filósofo que o mal, ontologicamente falando, não existe, o que existe são graus inferiores de ser em relação a Deus que se encontram em um conjunto

harmônico no cosmo. E o bem supremo é Deus, fim último do homem, cuja tendência se volta para a sua contemplação (REALE, 1990, p. 455).

[...] Com efeito, vemos que temos muitos elementos comuns, não somente com os animais, mas também com as árvores e plantas, tais como: ingerir alimento, crescer, gerar, fortificar-se. Vemos que todas essas propriedades são concedidas igualmente às árvores, as quais pertencem a um grau ínfimo, entre os seres vivos. [...] Por conseguinte, só quando a razão domina a todos os movimentos da alma, o homem deve se dizer perfeitamente ordenado. Por que não se pode falar de ordem justa, sequer simplesmente de ordem, onde as coisas melhores estão subordinadas às menos boas (AGOSTINHO, 2008, p. 46-47).

Segundo Agostinho, todas as coisas são boas, o que existe é uma hierarquia ontológica, ou seja, há graus nos seres que os deixam com mais ou menos perfeições. Essa imperfeição nos seres não é vista como um mal, pois este não nos aflige, posto que temos consciência da nossa realidade: somos limitados.

A toda substância foi conferida a medida, a forma e a ordem. As três perfeições elucidam a bondade da natureza e esclarecem que o mal é a corrupção da natureza. Assim explica Gilson (2010, p.273):

A natureza má é aquela em que medida, forma ou ordem estão corrompidas, e ela é má somente na exata proporção do grau de sua corrupção. Não corrompida, essa natureza seria toda ordem, forma e medida, quer dizer, boa; mesmo corrompida, ela permanece boa enquanto natureza e é má apenas no tanto em que é corrompida. Essa relação do mal com o bem num sujeito que o mal é uma privação. Com efeito, ele é a privação de um bem que um sujeito deveria possuir, uma falta de ser o que deveria ser e, por conseguinte, um puro nada.

O mal como privação ou corrupção está conexo à natureza criada, visto que todas as coisas são boas. A imperfeição se encontra na adulteração das perfeições da natureza.

Levando em consideração que a criação é naturalmente boa, o mal moral, no sentido cristão, é o pecado. O homem é livre para tomar suas decisões, logo é capaz de fazer o mal. Como vimos, existe uma hierarquia entres os bens, e o mal moral consiste exatamente na escolha de um bem inferior em detrimento de um bem superior. "O mal, no comportamento humano, portanto, não consiste em escolher um mal, mas em escolher mal" (VENDEMIATI, 2012, p. 13).

Assim elucida Agostinho (2008, p. 66):

Assim, pois, as mesmas coisas podem ser usadas diferentemente: de modo bom ou mal. E quem se serve mal é aquele que se apegua a tais bens de maneira a se embaraçar com eles, amando-os demasiadamente. Com efeito, submete-se áqueles mesmos bens que lhe deveriam estar submissos. Faz dessas coisas bens das quais ele mesmo deveria ser um bem, ordenando-as e fazendo delas bom uso.

O mal moral consiste em uma desordem na escolha de bens, visto que ele não é a escolha de um bem frente a um mal, mas de um bem dentre outros bens. Com efeito, a natureza humana foi criada para o Bem Supremo e essa escolha errada torna-se o mal – “*aversio a Deo*” e “*conversio ad creaturam*”, o que acarreta inúmeras consequências:

Julgaremos que para a mente poderá ser um pequeno castigo ser dominada pela paixão e despojada das riquezas da virtude, torna-se pobre e desgraçada, ser puxada por ela em todos os sentidos? Às vezes, provar a falsidade em vez da verdade; outras vezes, parecer mesmo defender o erro; outras condenar o que até então aprova; e não obstante, precipitar-se em novos erros? Numa hora, suspender o seu julgamento até temer as razões que a esclareceriam; noutra, desesperar de jamais encontrar a verdade e mergulhar totalmente nas trevas da loucura. Amanhã, esforçar-se por abrir-se na direção da luz da inteligência, para de novo recair extenuada. Ao mesmo tempo, o império das paixões ao lhe impor sua tirania, perturba todo o espírito e a vida desse homem, pela variedade e oposição de mil tempestades, que tem de enfrentar. Ir do temor ao desejo; da ansiedade mortal á vã e falsa alegria; dos tormentos de ter perdido um objeto que amava ao ardor de adquirir outro que ainda não possui; das irritações de uma injúria recebida ao insaciável desejo de vingança. E de todo lado a que se volta, a avareza cerca esse homem, a luxúria o consome, a ambição o escraviza, o orgulho o incha, a inveja o tortura, a ociosidade o aniquila, a obstinação o excita, a humilhação o abate. E finalmente, quantas outras inumeráveis perturbações são o cortejo habitual das paixões, quando elas exercem o seu reinado. Enfim, poderemos considerar como pouca coisa essas que necessariamente suportam todos aqueles que não aderem à verdadeira sabedoria, assim como bem o percebes (AGOSTINHO, 2008, p. 52-53).

Fomos criados à imagem e semelhança de Deus, o Sumo Bem. O mal moral sobrevém pelo domínio das paixões sobre a razão humana, ou seja, o pecado não origina-se em Deus, mas nas suas criaturas, que praticam ações más decorrentes

das escolhas erradas que realizaram. Portanto, o mal moral jaz na própria vontade, ou melhor, na má vontade do homem, que pelo fato de possuir o livre-arbítrio escolhe equivocadamente algum bem inferior.

O mal físico é a consequência do mal moral decorrente do pecado original. O pecado aqui exposto é a atuação de um princípio contrário à lei eterna. Todavia, os sofrimentos, as provações e a morte têm um significado positivo: de purificar e expiar os pecados por amor a Cristo.

Quanto ao que concerne ao mal natural, bastará lembrarmos de que as coisas, na medida em que são, só podem ser consideradas boas. Sem dúvida, elas nascem, corrompem-se e morrem. O universo é o teatro das destruições contínuas que, no caso dos seres vivos e do homem em particular, são acompanhados pelos mais cruéis sofrimentos, agonias e lutos. Entretanto, não é necessário esquecer que cada um dos seres são bens que perpetuamente se sucedem no teatro do universo (GILSON, 2010, p. 275).

Conforme Chauí (2006, p. 259), o mal é realmente o pecado, com origem na desobediência do primeiro homem e da primeira mulher. Os males existentes são decorrentes dessa transgressão da lei divina, pois o mal é o distanciamento de Deus, o único bem. E conclui afirmando que, como a treva é simplesmente ausência de luz, assim também o mal é pura ausência do bem.

Portanto, o mal físico é a privação de um bem no ser o que ele deveria ter, ou seja, é a ausência de um bem natural, a saber, de uma perfeição originária da natureza criada. “Na minha ignorância, ficava perturbado com tais perguntas, afastando-me dela. Pois eu não sabia que o mal é apenas privação do bem, privação esta que chega ao nada absoluto” (AGOSTINHO, 1997, p. 75).

4.3 O livre-arbítrio: um bem ou um mal?

Deus criou o homem dotado de uma alma racional e de uma vontade, portanto, ele (o homem) é um ser dotado de razão. O livre-arbítrio permite ao homem tomar suas decisões livremente e habilita-o a praticar o mal. O mal moral tem uma ligação intrínseca com o livre-arbítrio.

O homem é livre, pois Deus assim o criou deixando-lhe a responsabilidade do seu fim último. Compete a ele decidir qual caminho escolher: a felicidade ou a

miséria eterna (GILSON, 2006, p. 368). A questão agora é saber se o livre-arbítrio é um bem ou um mal para o homem, visto que é através dele que pecamos.

[...] se é verdade que o homem em si seja certo bem, e que não poderia agir bem, a não ser querendo, seria preciso que gozasse de vontade livre, sem a qual não poderia proceder dessa maneira. Com efeito, não é pelo fato de uma pessoa poder se servir da vontade também para pecar, que é preciso supor, que Deus no-la tenha concedido nessa intenção (AGOSTINHO, 2008, p. 74).

Agostinho nos esclarece que a vontade livre é um bem dado ao homem, pois sem ela não poderíamos agir com retidão. A vontade livre, segundo ele, é necessária, já que foi-nos dada para fazer o bem (AGOSTINHO, 2008, p. 135).

Para Evans (1995, p. 173-174), é fácil percebermos o motivo pelo qual Deus nos tenha dado a vontade livre. Para ele, a vontade livre pode ser usada de duas maneiras, tanto para o bem como para o mal. O homem pode agir certo ou errado diferentemente de uma árvore ou uma pedra. O homem pode exatamente porque é dotado da faculdade de escolha livre do bem. Razão essa suficiente para concebermos a vontade livre como uma coisa boa dada por Deus, que nos possibilita receber punição ou recompensa pelas ações cometidas.

A argumentação de que o livre-arbítrio fora dado ao homem, para viver retamente, repousa sobre um outro princípio: o da justiça divina. Pois, primeiro, se o homem não tivesse livre-arbítrio, não seria merecedor do castigo, já que seu pecado não seria culposos. Segundo, se o livre-arbítrio tivesse sido dado igualmente para levá-lo a pecar, Deus não poderia castigá-lo. Logo, é necessário que o livre-arbítrio tenha sido dado ao homem unicamente com o objetivo de torná-lo reto, e que o prêmio ou o castigo recaem sobre o homem com justiça, (marcos costa pe. Clodomiro)

Segundo Gilson (2010, p. 276), existem muitas coisas às quais temos acesso e podemos fazer mau uso. Deus nos concedeu bens, pois a própria atitude de nos ter dado o livre-arbítrio constitui um verdadeiro bem:

É uma grave diminuição para um corpo humano ser privado de suas mãos; as mãos são algo bom e útil; contudo, aquele que comete com elas ações criminosas ou vergonhosas usa-as mal. Um corpo humano sem pés seria evidentemente muito imperfeito e, contudo, quem se serve dos seus para ir prejudicar outrem ou para desonrar a si mesmo, faz deles mau uso.

O mal não está ligado aos objetos dos desejos humano, mas ao seu mau uso, que se pode fazer mediante a vontade livre. Mesmo que o homem utilize a sua liberdade de forma errada, a sua vontade livre deve ser considerada como um bem, pois é o homem o autor do mal, que corrompendo a si mesmo, peca.

A liberdade está unida diretamente à vontade. A razão conhece o bem e a vontade pode rejeitá-la, porque a vontade tem autonomia própria em conformidade com a razão, podendo assim optar pelo bem ou pelo mal. O livre-arbítrio da vontade é verdadeiramente livre, em sentido pleno, quando não escolhe fazer o mal (REALE; ANTISERI, 2006, p. 98).

Segundo Gilson (2006, p.387):

O livre-arbítrio é portanto sempre capaz de querer o bem ou de querer o mal: senão, como se ele exerceria sua arbitragem? Mas, como a vontade é essencialmente poder, não se pode confundir a má escolha com a sua liberdade. O homem é livre, e faz o mal por seu arbítrio, mas não pelo que faz com que seu arbítrio seja livre. Vamos mais longe: criado livre, o homem pecou pelo poder que tinha de pecar, mas esse poder não fazia parte da sua liberdade verdadeira, que era de não pecar. Em outros termos, a liberdade do homem era a de um querer criado livre da servidão do pecado: portanto seu livre-arbítrio era ao mesmo tempo um poder eficaz.

É evidente que Deus é bom e conseqüentemente criou todas as coisas boas, possibilitando a prática das ações boas orientadas pela vontade livre. Mas, muitas vezes, presenciamos o desprezo do bem para obter o mal. Ou seja, as pessoas se afastam de Deus, tomam decisões erradas caindo assim em um mundo de infortúnios. A liberdade do homem permite-lhe a possibilidade de corromper-se, ou em outras palavras, a partir dela podemos fazer um mau uso das coisas. É por meio dela que tomarmos decisões erradas a favor do mal em vez do bem, da desgraça em lugar de uma coisa melhor. Ninguém pode tirar a livre decisão e a responsabilidade do homem (CORETH, 2009, p. 127). Neste sentido, Deus deu ao homem a vontade, para fazer apenas o bem e evitar o mal.

O filósofo africano, analisando toda a sua trajetória até a sua conversão ao cristianismo, designa o mal como a corrupção da alma pela queda. Atesta com toda convicção que é na alma, e tão-somente na alma, que se encontra a origem do mal (BARAQUIN; LAFFITTE, 2007, p. 4).

Aliás, assemelha-se, de fato, ao movimento que arrasta a pedra para baixo, sob este aspecto que, assim como tal movimento é próprio da pedra, assim também é próprio da alma. Mas diferencia-se nisto, que a pedra não possui o poder de reter o movimento que arrasta, e ela pode não o querer. Ela não é arrastada ao abandono dos bens superiores para escolher os inferiores. Assim, o movimento da pedra é natural e o da alma, voluntário (AGOSTINHO, 2008, p.150).

O homem deve entoar ação de graças a Deus seu criador, pois, a alma humana, mesmo corrompida por pecados, se encontra em um estado nobre aos seres corporais no universo.

O mal tem sua origem na deficiência do livre-arbítrio da vontade. Tal defeito é voluntário, pois ele procede da alma humana. Este movimento é culpável e condenável, já que sua vontade deve orientá-lo para os bens superiores e não para os inferiores.

Além das terríveis contradições da doutrina maniqueia, Agostinho enfrentou com toda energia a heresia acerca da liberdade humana do monge inglês Pelágio, que viveu em Roma nos primeiros anos do século V.

Pelágio defendia a ideia de que o ser humano nasce livre e sem pecados. A sua doutrina "consistia essencialmente em negar que a culpa de Adão tivesse debilitado radicalmente a liberdade originária do homem e, portanto, a sua capacidade de fazer o bem" (ABBAGNANO, 1999, p. 135). Nessa visão o homem não necessita da graça divina para sua vida, somente o cumprimento dos mandamentos alcançaria a verdadeira beatitude.

A ideia de que a natureza do homem estava tão viciada pelo pecado original, que não podia valer-se a si mesma e cairia inevitavelmente no pecado, se tentasse resistir às tentações por seus próprios esforços, pareceu a Pelágio como uma desculpa deste tipo. O homem, sustentava ele, foi feito bom pelo Deus bom, e não pode haver defeito inerente à sua natureza. Suas faltas eram, portanto, de sua responsabilidade pessoal, e ele pode cura-se delas pelo esforço (EVANS, 1995, p. 178).

Contra essa heresia, Agostinho respondeu de forma enérgica. Continuava a afirmar que toda a natureza é boa, pois toda a natureza parte de Deus; contudo, a natureza do homem sofreu danificações.

Agostinho, refutando a doutrina pelagiana, defende a ideia de que toda a humanidade é uma massa condenada, consequência do pecado original. Portanto, toda a humanidade, manchada pelo pecado, necessita da graça divina.

O ser humano é limitado e por isso peca, ele necessita da ajuda divina para ter uma vida reta. Sem essa ajuda (a graça divina) o homem fica dominado pelo pecado.

A graça de Deus não nos é dada segundo nossos méritos, já que não apenas não vemos boas ações às quais possa ser atribuída, mas a vemos também a cada dia atribuída a ações manifestamente más. [...] se ela nos falta, nosso livre-arbítrio, sempre intacto, não faz senão ir de queda em queda (GILSON, 2010, p. 304).

A graça divina age sobre a vontade humana conferindo a liberdade ao homem. Consequentemente, a liberdade é apenas o bom uso do livre-arbítrio.

A liberdade do homem repousa na escolha. O homem é livre em relação ao que diz respeito ao mal. “[...] e é em sua faculdade de querer o bem que a vontade humana precisa de ajuda. Não existe nenhuma dificuldade de querer o mal sem ajuda” (EVANS, 1995, p. 190).

Precisamente, se a liberdade se reduz à graça, é também à graça que nos reconduz à caridade: *Lex itaque libertatis, Lex charitatis*. A caridade é o amor por Deus. Ora, esse amor é precisamente o que o pecado destruiu em nós, e o que a graça restaura (GILSON, 2010, p. 312-313).

É por meio da graça que atingimos o grau de perfeição, ela age auxiliando a mente para a escolha do bem. A graça divina nos é dada mediante o batismo, o qual nos confere a purificação dos nossos pecados. Portanto, o bem é o amor a Deus e o mal é a soberba, o amor a si próprio.

4.4 A concepção do bem e do mal hoje

O homem busca necessariamente, a partir da sua ação, um determinado fim. O bem se apresenta, antes de tudo, como objeto do seu desejo. Todos os homens almejam a vida feliz, ou seja, a felicidade é realmente o fim último do homem, mas nem todos são unânimes em descobrir em qual momento consiste tal felicidade: se nas vanglórias, na posse, no hedonismo, no estrelismo ou no Sagrado.

Mas, afinal, o que é o bem e o que é o mal? Se a nossa natureza anseia o bem, qual critério é usado para discernir, objetivamente, entre o bem e o mal? Essas indagações são intrigantes, portanto, pertinentes aos dias atuais e, além disso, exigem um trabalho árduo.

Compreendemos que tudo está ordenado para um fim. O fim deve ser alguma coisa de bom. O bem é algo que satisfaz as nossas necessidades, ou seja, nos faz mais feliz. Refletindo a sociedade contemporânea percebemos que o homem ou se perde ou não busca o caminho para a sua felicidade, pois vive na cultura do subjetivismo. “Eis, portanto, a primeira dificuldade ao abordar o tema: sua polissemia ou pluralidade de sentidos. Com relação à sua origem e à sua estrutura, o conceito de ‘mal’ remete a realidades muito distintas” (SOARES; VILHENA, 2003, p. 12).

O bem, para algumas pessoas, pode ser um mal ou vice-versa, por isso é difícil encontrar os elementos que representam de fato o bem e o mal. De modo geral, as pessoas caracterizam o mal/bem em uma determinada situação ou coisa.

Afirmar que algo é um bem ou um mal consiste em dizer se temos um sentimento positivo ou negativo a seu respeito, em relação às “minhas” vontades e interesses. Conforme o pensamento de Silva (2005, p. 43), o bem/mal se apresenta na sociedade a partir do interesse expresso por uma pessoa, povo ou nação:

[...] um país como os Estados Unidos, por exemplo, pode caracterizar uma determinada nação ou líder desta nação como sendo mal, mas sempre tenderá a fundamentar seus conceitos a partir dos seus interesses subjacentes e implícitos, ou seja, estará condicionado a pontos de referência específicos e favoráveis à sua concepção. A nação agredida ou líder, por sua vez, sentirá os efeitos de tal ataque e, também, a partir de seus interesses e referenciais inverterá o processo argumentativo, identificando o mal no seu oponente.

Devido à sociedade consumista, vivemos marcados, por todos os lados, por uma luta desenfreada pela conquista de “bens”. Motivadas pela posse e interesses individuais ou grupais, as pessoas desprezam valores fundamentais para a vida em comunidade.

Devido à sua complexidade, o mal é experimentado e decodificado de várias formas e por diversas culturas, que de modo geral utilizam elementos mentais para sua interpretação (SOARES; VILHENA, 2003, p. 20-21).

Podemos inferir, diante da realidade marcada por violências, guerras, fome, sofrimentos, desastres e mortes, que o mal existe. O mal nessa visão é sensível e

aterrorizante. Mas o mal existe como consequência das más escolhas que o homem faz acarretado pelo mau uso da sua liberdade. Dessa forma, Deus não é o responsável pelo mal que devasta a humanidade. Ao longo do nosso trabalho, vimos que Agostinho de Hipona concebeu o mal como a corrupção da vontade ou simplesmente como privação do bem. No entanto, metafisicamente, o mal não existe, pois é fruto da vontade livre do homem, não existindo assim uma coerência ontológica.

5 CONCLUSÃO

Discorremos neste trabalho sobre a concepção do bem e do mal em Agostinho de Hipona na obra *"O livre-arbítrio"*. Averiguamos que a problemática do bem e do mal é uma questão que vem sendo debatida ao longo dos tempos. Compreendemos que essa temática é de pouca compreensão filosófica, apesar das inúmeras reflexões filosóficas acerca do tema.

Santo Agostinho, o filósofo africano, conhecido pela sua angustiante busca pela verdade, foi quem melhor desenvolveu essa problemática. Ele mostrou a complexidade do assunto, apresentando os seus efeitos e apontando para uma solução. Também foi capaz de delinear uma interpretação tão esclarecedora que se tornou ponto de referência durante séculos e à qual damos créditos até hoje.

Para o africano, o mal metafísico não existe. Todas as coisas são boas em si mesmas. O que existe é a privação ou a corrupção do bem, considerando aqui uma hierarquia ontológica de graus de seres que podemos classificar quanto à sua ordem na natureza.

O mal, na visão agostiniana, só tem sua existência concreta nas dimensões moral e física. Na primeira, o mal é visto como o distanciamento da criatura do seu criador (Deus). Esse afastar-se significa viver segundo seus próprios impulsos e prazeres terrenos. Ou seja, consiste propriamente no pecado, que é uma escolha de um bem inferior em detrimento de um bem superior. Na segunda dimensão, compreendemos que este mal é a consequência do mal moral – resquícios do pecado original – como as doenças, os sofrimentos etc.

Nesta perspectiva, o mal existe concretamente quando o homem deixa o caminho do bem, em uma atitude livre e consciente, por um caminho de satisfações de suas vontades e interesses pessoais. Atitude tomada erroneamente, pois parte do princípio de que todos os homens são livres, no entanto, a liberdade é apenas o bom uso do livre arbítrio, e Deus no-la concedeu somente para fazer o bem e evitar o mal.

Verificamos também, a partir do nosso estudo, que o maniqueísmo, apesar de ter sido refutado por Agostinho, ainda hoje influencia as pessoas com suas falsas concepções. Para os maniqueístas, a visão de mundo se torna muito limitada. Essa doutrina simplifica os fenômenos humanos reduzindo-os aos polos do bem e do mal. Com essa compreensão dualista do mundo fenomênico, gera-se uma incapacidade de reflexão diante da realidade, caindo-se, então, no reducionismo. As pessoas que carregam a mentalidade maniqueísta não pressupõem uma atitude crítica e racional diante dos fatos, dos discursos e das ideologias, cogitam somente o mal (ou o bem) ao extremo.

Portanto, o mal (moral e físico), cuja existência nos apavora, é implicação resultante do mau uso da nossa liberdade, decorrente das nossas más escolhas. A partir da elucidação de Agostinho, podemos rejeitar qualquer tipo de argumento falho dos maniqueístas em relação à afirmativa de que o homem é a mescla do bem e do mal, como consequência da união da alma e do corpo. Para nosso autor, o homem está apto a possuir vontades, entretanto, tais vontades, quando não são regidas para o bem, ocasiona várias situações definidas especificamente como um mal.

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Historia da Filosofia**. 5. ed. Trad. António Borges Coelho. Lisboa: Presença, 1999. p.122-138. 2v.

AGOSTINHO, Santo. **O Livre-Arbítrio**. Trad. Nair de Assis Oliveira. São Paulo: Paulus, 1995. (Coleção patrística)

_____. **Confissões**. Trad. Maria Luiza Jardim Amarante. São Paulo: Paulus, 1997. (Coleção patrística)

BENTO XVI, Papa. **Os Padres da Igreja: de Clemente Romano a Santo Agostinho**. São Paulo: Paulus, 2012. (Coleção Catequese do Papa)

BEZERRA, Cícero Cunha. **Compreender Plotino e Proclo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006. p. 59-97.

BIBLIA. Português. **Bíblia Sagrada: CNBB**. Trad. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. São Paulo: CNBB; Canção Nova, 2008.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2006. p.259-260.

COSTA, Marcos Roberto Nunes. **A Influência do Neoplatonismo na Conversão de Santo Agostinho**. Disponível em: <[HTTP://www.idc.org.br/.../upload/.../A_influencia_do_neoplatonismo.pdf](http://www.idc.org.br/.../upload/.../A_influencia_do_neoplatonismo.pdf)> Acesso em: 12 agos. 2013.

_____. **Maniqueísmo: história, filosofia e religião**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. **O Livre-Arbítrio, segundo Santo Agostinho: um Bem ou um Mal?**. Disponível em: <[HTTP://www.unicap.br](http://www.unicap.br)> Capa > v. 1, n. 1 (2007) > Costa. Um bem ou um mal?> Acesso em: 12 agos. 2013.

CORETH, Emerich. **Deus no pensamento filosófico**. São Paulo: Loyola, 2009. p. 121-128.

COUTINHO, Gracielle Nascimento. **O Livre-arbítrio e o Problema do Mal em Santo Agostinho.** Disponível em: www.filosofia.ufc.br/argumentos/pdfs/edicao_3/16.pdf Acesso em: 10 set. 2013.

EVANS, G.R. **Agostinho Sobre o Mal.** Trad. João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

GALLO, Luis Fernando. **Livre-Arbítrio: O Problema em Santo Agostinho.** Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/filosofiamedieval/pdf/luis_tcc.pdf Acesso em: 10 set. 2013.

GILSON, Étienne. **Introdução ao estudo de Santo Agostinho.** 2. ed. São Paulo: Discurso Editorial; Paulus, 2010.

HAMMAN, A. **Os Padres da Igreja.** 1980. São Paulo: Paulinas. p.227-235.

LAMERA, Bruna Silva. **O Problema do Mal na Filosofia de Santo Agostinho.** Disponível em: www.yumpu.com/.../brunca-silva-lamera-23-208-215-faculdade-de-filosofia.pdf Acesso em: 14 set. 2013.

LUCENA, Elisa. **O Problema do Mal em Agostinho.** Disponível em: www.ufpel.edu.br/ich/filosofiamedieval/pdf/monografia_elisa.pdf Acesso em: 15 set. 2013.

MONDIN, Battista. **Quem é Deus? Elementos de Teologia Filosófica.** São Paulo: Paulus, 1997.

MONTAGNA, Leomar Antonio. **A ética como elemento de harmonia social em Santo Agostinho.** 2. ed. Sarandí, PR: Humanitas Vivens, 2009.

MORIN, Dominique. **Para falar de Deus.** 2. ed. São Paulo: Loyola, 1993. p. 23-145.

NOËLLA, Baraquin; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário Universitário dos Filósofos.** Trad. Eduardo Bradão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

REALE, Gionanni; ANTISERI, Dario. **História da Filosofia: Antigüidade e Idade Média**. São Paulo: Paulus, 1990. p. 338-355, 424-459. (Coleção Filosofia)

_____. **História da Filosofia: Patrística a Escolástica**. Trad. Ivo Storiolo. São Paulo: Paulus, 2006. p. 81-116. (Coleção História da Filosofia)

REALE, Giovanni. **Plotino e o Neoplatonismo**. São Paulo: Loyola, 2008. 8v.

SCHLESINGER, Hugo. **Dicionário Enciclopédico das Religiões**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995. 2v.

SILVA, Antonio Carlos da. **O Mal e o Bem em Agostinho**. Monografia (Conclusão do Curso de Filosofia). 48 p. Vitória da Conquista, BA. IFSV, 2005.

SOARES, Afonso; VILHENA, Maria Ângela. **O Mal: como explicá-lo?**. São Paulo: Paulus, 2003.

STÖRIG, Hans Joachim. **História Geral da Filosofia**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 188-197.

TONON, Rafael. **Você não está no comando**. GALILEU. São Paulo, ano MMXIII, n. 261, p. 41-51, abr. 2013.

VENDEMIATI, Aldo. **O Bem Moral**. ECCLESIA. Maringá, PR: Humanitas Vivens, ano 2, n. 9, p. 12-13, abr/maio 2012.